



IRENE MACHADO DE SOUZA

CNPJ: 27274061000101

TELEFONE: (34) 99229-7698 (Whatsapp também)

ENDEREÇO: RUA DONA SEBASTIANA, 192 - BAIRRO INDEPENDÊNCIA - VAZANTE - MG

EMAIL: mastercleanstart@gmail.com

CEP: 38780-000

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 29276220097

MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2024

Ao Senhor Pregoeiro do Município de Catalão – GO

A empresa IRENE MACHADO DE SOUZA 85257290600, inscrita no CNPJ sob o número 27.274.061/0001 01, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no item 11 do Edital do Pregão Eletrônico nº 055/2024 e no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão que desclassificou a empresa, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

1. DOS FATOS

A Recorrente participou regularmente do certame em epígrafe, tendo sido inicialmente declarada vencedora em 13 itens, conforme os lances ofertados e classificados como os de menor preço. No entanto, foi desclassificada sob a alegação de que a documentação apresentada para comprovação de habilitação não atendia aos requisitos editalícios, em especial no que diz respeito à Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela ANVISA.

Conforme mencionado pela decisão do pregoeiro, a AFE apresentada estaria em nome de outra empresa, o que levou à conclusão equivocada de que a Recorrente não estaria habilitada a operar dentro do âmbito exigido pelo edital.

Ocorre que a empresa Recorrente está **plenamente habilitada**, conforme demonstrado na documentação anexada ao processo, tendo apresentado um **Contrato de Licenciamento de Uso de Marca firmado com a empresa Lima e Perguer**, titular da AFE registrada junto à ANVISA. Este contrato permite a utilização regular da estrutura e das autorizações da Lima e Perguer, em conformidade com a legislação vigente e as práticas do mercado.

2. DO DIREITO

A decisão que desclassificou a Recorrente viola os princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, conforme explicitado a seguir:

2.1. Da Regularidade da Documentação Apresentada

O edital exige, no item 9.6.1 e subsequentes, que as empresas licitantes apresentem documentação comprobatória de habilitação jurídica e regularidade para operar, incluindo a Autorização de Funcionamento (AFE). Em nenhum momento, o edital condiciona a validade da AFE à titularidade exclusiva da empresa licitante, desde que esta esteja regularmente apta a operar mediante instrumentos contratuais válidos.

A Recorrente, ao apresentar o Contrato de Licenciamento de Uso de Marca com a Lima e Perguer, demonstrou estar devidamente autorizada a operar com base na AFE em nome da referida empresa. Este contrato possui validade jurídica e é plenamente aceito pela ANVISA como mecanismo de licenciamento e operação conjunta entre empresas.

2.2. Do Princípio da Competitividade e da Proposta Mais Vantajosa

O art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que os processos licitatórios devem observar o princípio da competitividade, vedando decisões que restrinjam injustificadamente a ampla participação dos interessados. A desclassificação da Recorrente, apesar de ter apresentado a proposta mais vantajosa em 13 itens, contraria tal princípio, causando prejuízo à Administração Pública e ao interesse coletivo.

Além disso, o art. 59 da Lei 14.133/2021 assegura que a Administração pode sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas. Caso houvesse dúvida quanto à validade do Contrato de Licenciamento, deveria a Comissão de Licitação ter diligenciado para esclarecer os fatos, em vez de desclassificar a proposta de forma sumária.

3. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se que:

Seja reconsiderada a decisão que desclassificou a Recorrente, com a consequente reanálise da documentação apresentada;

Seja reconhecida a regularidade da habilitação da Recorrente com base no Contrato de Licenciamento de Uso de Marca e na AFE apresentada;

Seja mantida a classificação da Recorrente como vencedora nos 13 itens ofertados sendo eles: 14, 31, 32, 35, 39, 43, 45, 52, 61, 71, 73, 74, 77.

Requer, ainda, que seja garantido à Recorrente o direito ao contraditório e ampla defesa, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Nestes termos, pede deferimento.

IRENE MACHADO DE SOUZA
CPF: 85257290600 / CNPJ: 27274061000101

Vazante-MG, 03 de Fevereiro de 2025

ASSINATURA

